

**GÊNERO, IGREJA E DOMINAÇÃO**Isabela Vince Esgalha Fernandes<sup>1</sup>

**Resumo:** A violência de gênero está presente nos mais diversos aspectos sociais. Uma das formas mais sutis de sua materialização está na violência simbólica, reproduzida na cultura, educação e tradições presentes em nossa sociedade. Neste trabalho, será dado enfoque para o tratamento dado às mulheres pela Igreja católica, que configura uma das instituições responsáveis pelo controle social, e, portanto, detém grande potencial de influenciar a construção das subjetividades, e assim, reproduzir desigualdades e violências. O trabalho busca refletir acerca do papel histórico da Instituição em relação à construção da desigualdade de gênero, bem como as estratégias e como aspectos de sua doutrina que contribuíram e até hoje contribuem para a manutenção desta estrutura.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Igreja católica. Ideologia. Direitos Humanos.

**Abstract:** Gender violence is present in the most diverse social aspects. One of the most subtle forms of its materialization is the symbolic violence, reproduced in the culture, education and traditions present in our society. In this work, a focus will be given to the treatment given to women by the Catholic Church, which constitutes one of the institutions responsible for social control, and therefore has great potential to influence the construction of subjectivities, and thus reproduce inequalities and violence. The work seeks to reflect on the historical role of the Institution in relation to the construction of gender inequality, as well as the strategies and as aspects of its doctrine that contributed and until today contribute to the maintenance of this structure.

**Keywords:** Gender violence. Catholic Church. Ideology. Human Rights.

---

<sup>1</sup> Advogada e Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília.

A história da humanidade é marcada por desigualdades. Entre elas, está a desigualdade<sup>2</sup> em relação às mulheres. Ao longo dos séculos, impérios se ergueram e caíram, guerras foram travadas, sem, no entanto, uma transformação significativa nesta particular forma de discriminação. Desde que podemos nos lembrar, mulheres foram relegadas ao ambiente privado e à maternidade, sendo consideradas inferiores física e intelectualmente, tendo sido negado seu acesso a grande parte dos espaços.

O controle sobre o sexo feminino remonta ao neolítico, momento em que o homem descobre seu papel na reprodução, antes atribuído aos deuses. A perpetuação da herança genética se torna importante, e assim, o controle sobre as mulheres (Auad, 2003). Apesar do decurso do tempo e do desenvolvimento da humanidade, diferentes sociedades ainda mantinham, nas mais diferentes formas, o controle sobre a mulher.

Em diferentes níveis, a dominação do homem sobre a mulher

manteve-se constante, e seus feitos foram apagados da história pelos únicos historiadores disponíveis: Os homens (Pinsky, 2009). A perpetuação da desigualdade, do pensamento da mulher como inferior, incapaz e sem voz, foi de crucial importância para a manutenção da dominação.

O conceito de gênero ajuda a explicar a construção dessa dinâmica. A partir das diferenças sexuais entre homens e mulheres a sociedade criou como deveria ser as relações entre os sexos (o modo de agir, sentir e pensar), as chamadas representações de gênero (Camurça e Gouveia, 2004).

Desta forma, o simples fato de ser homem ou ser mulher implica um conjunto de significados pré-definidos culturalmente. Na história, estas representações foram desenvolvidas pensando o masculino e feminino como polos opostos, criando um desequilíbrio, uma desigualdade entre os sexos. Isto levou à construção de uma hierarquia aos poucos naturalizada pelo discurso de dominação, justificado pelas diferenças biológicas.

---

<sup>2</sup> O termo aqui, é entendido como a atribuição de vantagem a uma das partes de uma relação entre pessoas. Pode ser compreendida a partir da construção e reprodução das diferenças entre

pares categóricos, como negro/branco, homem/mulher etc., que a todo momento são reformulados e institucionalizados (Tilly, 1998)

O grande problema, portanto, é que as diferenças sexuais não desempenham apenas o papel que lhes é atribuído, mas fazem parte de uma construção social baseada na razão androcêntrica, sendo esta fundamentada pela divisão dos estatutos sociais conferidos ao homem e à mulher (Bourdieu, 2014).

A desigualdade de gênero, então, traduz-se a partir das desigualdades advindas do tratamento diferenciado que é dado a uma pessoa a partir de seu sexo. É um processo histórico, e tem sido legitimado diariamente por instâncias como família, igreja e escola (responsáveis pela construção social dos sujeitos). Está enraizado no âmago de diversas culturas, podendo-se verificar vestígios dele em quaisquer das relações sociais, perpetuando uma condição de inferioridade atribuída a tudo que remete ao feminino.

A completa modificação desse padrão, porém, é muito complexa. Diferentes dimensões de dominação (sexual, econômica, política, intelectual), são incentivadas e reproduzidas a todo o momento. A constante demarcação de costumes e pensamentos produz a chamada violência simbólica, que não se exerce

conscientemente, mas se revela através de esquemas de percepção e avaliação constituídos através da produção de significados apreendidos socialmente (Bourdieu, 2014). Nesta interpretação, muitas vezes a própria dominada não percebe a dominação, auxiliando, inclusive na reprodução da opressão, uma vez que age de acordo com as normas sociais inculcadas em cada gesto, comando e aprendizado obtido desde a infância.

De acordo com Rita Segato, a manutenção dessa ordem social depende

[...]de la repetición diaria, velada o manifiesta, de dosis homeopáticas pero re-conocibles de la violencia instauradora. Cuanto más disimulada y sutil sea esta violencia, mayor será su eficiencia para mantener despierta y clara la memoria de la regla impuesta [...]" (Segato, 2003: 107).

Tais mecanismos configuram uma forma muito perigosa de violência, posto que imperceptível. É comum discutirmos a violência contra a mulher quando ela se apresenta através de agressões físicas, sem refletirmos o caminho percorrido até a ocorrência desta agressão.

A culpa, a deterioração da autoestima, o isolamento, e os demais reflexos das formas psicológica e moral

da violência de gênero são constantemente desqualificados. De fato, existe a crença, inclusive, de que a ausência de agressão física significaria uma ausência completa de violência (Winck, 2007).

O que convenientemente não se discute é o fato de que o próprio fundamento desta espécie de violência tem origem nas expressões de desigualdades entre os sexos.

Ignora-se, assim, todo o aparato ideológico construído para a legitimação e manutenção desta estrutura, além de sua enorme influência na construção dos corpos e subjetividades, o que constitui, por si só uma estratégia deste sistema: a naturalização da opressão.

Assim, a utilização do termo gênero pode contribuir na compreensão da forma como lidamos com o mundo e como nós reconhecemos. Ajuda a esclarecer como se organiza nossa sociedade e as práticas desenvolvidas por ela, práticas essas que acabam muitas vezes por criar diferenças, e os reflexos dessas diferenças em nossa educação, política, divisão do trabalho, violência, e principalmente na forma como nos enxergamos e ao outro, uma vez que ele reflete a dimensão social, histórica e

cultural da constituição do masculino/feminino.

### **Simbologia e subjetividade religiosa como mecanismos de dominação: A violência simbólica e a Igreja Católica**

O discurso de inferiorização da mulher, como já exposto acima, é diariamente reproduzido e legitimado por instâncias como Escola, Família e Igreja. A ideologia que justifica essa opressão encontra-se nos mais variados aspectos de nossa cultura e de nossas normas sociais, que sob o disfarce da moral e dos bons costumes, justifica a desigualdade e opressão vigentes.

Neste contexto, a Igreja católica possui um grande papel na manutenção desta estrutura patriarcal. Seu discurso ideológico amparou e legitimou o desequilíbrio entre os sexos, mantendo até os dias atuais uma postura favorável à desigualdade. Para alcançar este objetivo, age principalmente através da subjetividade, forma sutil e eficaz de perpetuar crenças, ideologias, e, neste caso, discriminação e violência.

Primeiramente é preciso situarmos o papel da igreja católica e sua influência e poder na construção das subjetividades.

Para que possamos compreender a dimensão e o alcance do discurso católico, cumpre lembrar que é a mais antiga representante do cristianismo, com uma história que já conta com mais de dois mil anos.

Entre suas características mais relevantes está o fato de que possui, ao mesmo tempo, uma face religiosa e política, sendo caracterizada como real sujeito de direito internacional, o que lhe confere prerrogativas de Estados Soberanos. Além disso, para propagar sua doutrina, possui importante trunfo: Seu caráter transnacional, que lhe proporciona amplo alcance:

“A Instituição católica tem caráter transnacional, cujo centro do poder situa-se geograficamente na Cidade do Vaticano que, por sua vez, localiza -se no perímetro urbano de Roma, capital da Itália. Seu caráter transnacional é condicionado pela postura doutrinária de salvação da Humanidade, que acaba exigindo institucionalmente a transposição dos limites dos Estados onde se localiza. Em outras palavras, há uma mensagem universal que é propagada por meio de uma instituição também universal com centro no Vaticano. Neste raciocínio, as Igrejas locais, entendidas como fora do espaço geográfico da Cidade do Vaticano, são integradas à Igreja Católica, portanto, não são entes apartados ou distintos” (Rosa, 2011: 33).

Contudo, mesmo antes de obter concretamente o status de estado, a

Igreja Católica já contava com enorme poder e influência na política, tendo sido peça chave em muitos dos mais relevantes acontecimentos históricos.

Sua espiral de crescimento se deu principalmente a partir do Século IV, com a concessão de liberdade religiosa pelo Imperador Constantino, que atribuiu sua vitória em uma Guerra à um sonho com uma cruz e ao Deus cristão. Antes disso, cristãos eram perseguidos, e sua fé, proibida.

Em pouco tempo, as circunstâncias se modificaram completamente: Agora eram os pagãos os perseguidos, e sua crença condenada.

Com a derrocada do Império Romano, a Igreja soube manter sua influência através do monopólio do que há de mais precioso: O conhecimento. Grande parte dos governantes não sabia nem mesmo ler e escrever, o que criava grande dependência em relação aos tinham domínio suficiente para a transmissão do conhecimento, ou seja, os membros do Clero (Küng, 2002).

Esta estrutura se manteve relativamente estável durante todo o período da Idade Média (que por sua vez durou aproximadamente mil anos).

Em seguida, apesar de alguns revezes (Como a Reforma e o

crescimento das religiões protestantes), seu poder se revelou perene, característica que até hoje mantém, sendo uma das religiões com maior número de fiéis do mundo.

A verdade está diretamente conectada aos sistemas de poder, que produzem a partir do discurso sobre os sujeitos e seus corpos, participando da formação de identidades, instrumento eficaz de controle social (Colling, 2014). Considerando, assim, a Igreja Católica como uma instituição com enorme poder e intrínseca relação com o poder político, fica nítida sua influência na formação das subjetividades, e, como poderemos ver a seguir, a manutenção das desigualdades de gênero.

O discurso cristão que se costurou ao longo do desenvolvimento e crescimento da religião teve grande influência da cultura grega, utilizando-se de sua compreensão de mundo através da dualidade entre corpo e espírito. Esta interpretação, porém, trouxe consigo a impossibilidade da compreensão do ser humano em sua integralidade. Neste contexto, a concepção do espírito, ou alma, é considerada superior, posto que assexuada e incorpórea (Candiotto, 2012).

Esta separação, entretanto, trouxe consigo uma grande resistência e exclusão a aquele que representasse uma maior proximidade com o viés terreno da compreensão de mundo, ou seja: A mulher. Sua natureza e funções biológicas fortalecem sua conexão com o corpo e sexualidade, fator que lhe condenou a uma maior distância à realidade espiritual à luz das interpretações religiosas. Este entendimento foi adotado pelos mais influentes teólogos, como Agostinho:

“Agostinho admite a dicotomia alma espiritual-carne, masculino-feminino em qualquer ser humano, homem ou mulher. Cada um e cada uma precisam superar o feminino que temos dentro de nós, já que o feminino é representação da carne e da concupiscência. É necessário submetê-lo ao elemento masculino, que é o domínio da alma espiritual. Devido a esse raciocínio é que no cristianismo antigo a *virgem* era assemelhada ao homem (*vir*), tendo acesso, pois à *virtus* (virtude). Virtuosa porque capaz de superar a feminidade, que representava a carne (Candiotto, 2012: 154)

A mulher, foi então, relegada à um papel secundário, limitado à procriação. Tais interpretações eram amparadas, também, pela falta de conhecimento da biologia do corpo feminino. O papel da mulher na reprodução era considerado apenas passivo, ou seja, apenas fornecia

“terreno” à semente que era incapaz de produzir por si. Esta interpretação, emprestada do funcionalismo aristotélico, deduzia, assim, por uma condição naturalmente defeituosa da mulher.

Todo o aparato ideológico construído pela Igreja Católica foi, então, arquitetado a partir destas interpretações, que não por acaso enclausuravam a mulher ao ambiente privado, à obediência, ao controle de seus corpos e subjetividades.

Com o advento da biologia moderna, verificou-se a imprecisão de tais argumentos, assim como a função ativa da mulher no fenômeno da procriação. Porém, a Igreja manteve todas as interpretações como se tais obsoletas formulações ainda estivessem vigentes, e nelas apoiou sua postura e doutrina em relação às mulheres (Candiotto, 2012)

Vestígios deste plano podem ser encontrados inclusive na hermenêutica bíblica. Interpretações reforçando estereótipos de gênero podem ser visualizados desde o mito da criação. Da maneira como são apresentados, os textos incorporam a violência simbólica de forma tal a naturalizá-la e marcá-la nos corpos e mentes aos quais se destina

essa dominação, sem para isso, necessitar de qualquer força física.

Desde logo, podemos apreender a natureza inferior de Eva, que não se originou do sopro de Deus, mas sim foi criada a partir do corpo de Adão (sua costela), e apenas para que este não ficasse sozinho. Esta hierarquia também pode ser atestada pelo fato de que é Adão que dá a Eva uma identidade, e não Deus, como ocorreu com todas as outras criaturas, o que simbolizaria sua posição superior em relação a ela (Rosa, 2011).

Desta forma, a própria identidade de Eva lhe foi tirada, desde o início. Sua história já se inicia a partir e somente em função de outro, superior a ela em corpo e espírito (Gebara, 2016).

Percebe-se em cada detalhe, como tudo contribui para a construção de uma interpretação da mulher como inferior, como fraca. É ela, e não Adão, a escolhida pela serpente, subentendendo-se que seria ela a mais suscetível à tentação. Este argumento é até hoje utilizado para diminuir a mulher ante a sociedade, uma vez que comprova sua impureza e sua natureza indigna (Colling, 2014).

Como cometidora do pecado original, é castigada por Deus: *"Multiplicarei grandemente o seu*

*sofrimento na gravidez; com sofrimento você dará à luz filhos. Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará*"<sup>3</sup>.

Tais interpretações foram de tal forma apropriada pela Igreja que, quando a medicina moderna descobriu formas de diminuir o sofrimento do parto, significativa parcela da Instituição Religiosa foi contrária (Colling, 2014).

Apesar da tentativa de desqualificar, de todas as formas o sexo feminino, a Igreja havia de tentar absolvê-las de alguma forma, assim como criar um modelo de conduta a ser seguido. Não haveria, afinal, como explicar o nascimento de Cristo a partir de um ser tão inferior (Ferreira, 2012).

A partir de tal raciocínio é que se inicia um movimento de representação e exaltação das características da mãe de Jesus, Maria:

“Maria é um exemplo de abnegação, de aceitação da palavra divina sem impor restrições, sem hesitações. Deste modo, Maria demonstra ser uma figura essencial para a divulgação das virtudes que recebem cada vez uma maior atenção da Igreja, como a castidade e a obediência. Maria é o modelo de mãe, que concebe imaculada, que sofre por seu filho, acompanhando-o até o fim, mas de forma discreta, sem expor seu sofrimento. Maria contém em si os aspectos que devem guardar as mulheres: Manterem-se castas, primar pela obediência e

principalmente não questionar as ordens de seu superior [...]” (Ferreira, 2012: 68)

Em síntese, Maria representa o exato oposto de Eva. O exemplo a ser seguido, a redenção das mulheres e de sua rebaixada natureza. Não por acaso, o valorizado pela Igreja constitui o necessário ao controle do sexo feminino. Sua personalidade deve dócil, submissa.

Tais intenções ficam ainda mais claras quando analisamos a representação da figura de Maria Madalena. Apesar de inicialmente pecadora, sua aceitação aos valores de cristãos e mudança de vida, assumindo um comportamento *adequado* (tais como obediência e abnegação), demonstram que qualquer pessoa pode se redimir buscar a salvação em Cristo. Sua figura caracteriza-se por sua tangibilidade, o que lhe aproxima das pessoas, fazendo com que qualquer um acredite que também pode ser salvo. A personagem reúne, ao mesmo tempo, elementos de Eva e Maria.

Estes três símbolos, Eva, Maria e Maria Madalena, são apenas alguns exemplos da forma como a Igreja

---

3 Gênesis 3:16



católica representava a mulher em sua doutrina.

A sutileza de tal tratamento, até então restrito ao discurso da Instituição religiosa, em verdade escondia uma postura discriminatória e extremamente inferiorizante, que mais tarde foi responsável por amparar ideologicamente dezenas de milhares de mortes de mulheres na Idade Média.

Neste período, a mulher incomodava principalmente por deter um conhecimento próprio que incluía, entre outras coisas, ervas e procedimentos de cura (saber este que não deveria ser disseminado popularmente, mas reservado à ciência).<sup>4</sup> Assim, mulheres foram perseguidas em uma literal “caça às bruxas”, travada pela Igreja Católica no período da Inquisição, que utilizava como principal arma a difusão da ideia da mulher como ser maligno, inferior, ligado ao pecado. A lógica era de que, detendo conhecimentos que lhe proporcionassem espaços de atuação, escapavam ao domínio masculino (Alves e Pitanguy, 1982).

Importante destacar aqui que toda a perseguição voltada às mulheres não foi apenas de iniciativa e interesse da Igreja Católica. Tratou-se em verdade, de um esforço em conjunto com Estado, uma vez que as ferramentas utilizadas para dar cabo à esta execução em massa demandaram esforço e organização estatal que mantinha, inclusive, a maior parte das cortes seculares. Esta afirmação se torna ainda mais crível quando se verifica que tal fenômeno não se deu apenas em Estados católicos, demonstrando real união de diversos países em prol desta causa.

Em verdade, existem indícios de que o fenômeno da caça às bruxas, relegado por muito tempo a um acontecimento sem importância, apresentou-se como elemento de essencial importância para os desígnios do Estado em um período de transição para o capitalismo (Federici, 2017).

De fato, as consequências da doutrinação ideológica foram muito além da gritante quantidade de mortes gratuitas ocorrida durante este período. O enfraquecimento da coletividade

---

<sup>4</sup> “(...)os saberes considerados tipicamente médicos começavam a se definir nas universidades. O que as mulheres sabiam sobre anatomia e ervas que curavam deveria ser

reservado e confiado ao saber médico, e não mais pertencer à sabedoria considerada popular” (Auad, 2003: 36).

através da separação ainda mais premente entre homens e mulheres, que passaram a temer o suposto poder e atrocidades que estas poderiam, como seres malignos que eram, a qualquer momento cometer contra aqueles, enfraquecia a influência e poder social destas ante a comunidade, que antes valorizava e se amparava em seus conhecimentos, ou, porque não - *poderes*-, para solucionar diversos males que acometiam a população.

Porém, esses saberes mágicos configuravam um desafio à ordem vigente e, nas palavras de Federici: “[...]parecia uma forma de insubordinação, e um instrumento de resistência de base ao poder. O mundo devia ser desencantado para poder ser dominado” (Federici, 2017: 313).

Contudo, apesar de não ser a única interessada e responsável pela perseguição, a Igreja foi de extrema importância deste processo, vez que forneceu os elementos para legitimar tal carnificina, que não teria ocorrido sem sua licença ideológica que autorizou a violência, tortura e dezenas de milhares de mortes.

Assim, sempre que a mulher não seguia literalmente os padrões e comportamentos doutrinados, corria sérios riscos de vida, já que estas integravam quase que inteiramente as vítimas da Inquisição.<sup>5</sup>

A caça às bruxas revelou-se, portanto, eficaz mecanismo de controle social, e a hipótese da existência de outras intenções de tal iniciativa além da salvação das almas dos fiéis se reforça pelas absurdas acusações que levaram milhares à morte, pelas mais horrendas maneiras.<sup>6</sup>

De fato, tal fenômeno fortaleceu ainda mais a já existente estrutura patriarcal, que com mais intensidade tentou controlar os corpos, a sexualidade e, portanto, a liberdade das mulheres, evidenciando o interesse, na verdade, na inibição de comportamentos femininos.

### **Modernidade, Direito e Religião: Superação da discriminação?**

A modernidade trouxe consigo importantes mudanças que transformaram, em grande medida, a relação da Igreja com o poder. A

<sup>5</sup> A cada dez pessoas mortas sob a acusação de bruxaria, nove eram mulheres (Alves e Pitanguy, 1982).

<sup>6</sup> Entre as acusações estavam as de destruição de cultivos e gados, assassinato de crianças e de provocar tempestades (Federici, 2017).

transformação do paradigma epistemológico, que valorizava a racionalidade e o individualismo, influenciaram e legitimaram revoluções em diversos países.

Neste momento histórico, houve um estremecimento em relação aos privilégios amparados, até então, pela razão divina (Carvalho Netto e Scott, 2011). O ocidente assistia o alvorecer dos Estados de Direito, o que sinalizou, ao menos em teoria, uma descentralização do poder político. Afirmava-se, então, a igualdade entre os homens. Como é possível vislumbrar, tais direitos eram destinados, de fato, apenas aos *homens*.

Contudo, apesar de possuir maiores obstáculos para o alcance de tais prerrogativas, aos poucos mulheres foram obtendo, também, importantes conquistas, avançando no caminho da igualdade entre os sexos.

Apenas a título de exemplo, podemos citar alguns diplomas que representam o reconhecimento da desigualdade entre os sexos, e a necessidade de implementar medidas a respeito disso. Em 1979, foi elaborada a Convenção sobre a Eliminação de Todas

as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Nascimento, 2012). A convenção prevê obrigações aos Estados Membros, modificações de padrões socioculturais discriminatórios na educação, trabalho, participação política da mulher, entre outros, devendo ser tomada como referência pelos Estados no combate à discriminações e proteção às mulheres (Campos e Corrêa, 2012). Em 1993, através da Declaração de Direitos Humanos de Viena a violência contra a mulher finalmente foi expressamente considerada violação de Direitos Humanos. Mais recentemente, em nosso país, tivemos a aprovação da Lei Maria da Penha<sup>6</sup>, em 2006, que avança na tentativa de superação das desigualdades de gênero, principalmente por agir através de diferentes mecanismos, enxergando além da política repressiva, praticamente inócua diante da enraizada cultura discriminatória na sociedade.

Contudo, apesar de todo o avanço no que se refere à proteção legal, o progresso científico e tecnológico ter demonstrado como eram errôneas as diversas teorias sobre o corpo da mulher e seu funcionamento, e ainda mesmo

---

6 Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006

depois das mulheres assumirem, com sucesso, espaços antes destinados apenas aos homens, a postura da Igreja ante a mulher não se modificou de forma relevante.

Nessas circunstâncias, não é difícil de antecipar de que forma a instituição religiosa trata as mulheres internamente. Por exemplo, até hoje a mulher tem negado seu acesso ao sacerdócio.

Mas não apenas isso. São notórias as intervenções da Igreja em diversos setores de controle social para garantir a manutenção desse *status*:

Afastando as mulheres das funções sacerdotais e de certas funções litúrgicas, que reservou aos homens, a Igreja lançava a semente de um regime discriminatório. O Direito participava deste sistema de pré-compreensão sobre a identidade e a natureza dos sexos e recebia da Igreja as suas intuições fundamentais, produzindo imagens sobre o feminino. Juntamente com o direito canônico, o direito civil constituía a mulher como um sujeito particular, na verdade um sujeito excluído do direito político. Identificava a mulher para poder excluí-la das prerrogativas políticas. (Colling, 2014: 74)

Como é possível verificar, apesar do enfraquecimento do poder que a Igreja uma vez teve, a Instituição se reinventou de forma a ainda exercer enorme influência no poder político.

Atualmente, por exemplo, no âmbito do Direito possui papel decisivo na produção e aprovação de diplomas legislativos voltados aos seus interesses.

Entre as recentes estratégias para o sucesso desses objetivos está difusão da chamada ideologia de gênero, discurso da Igreja utilizado para impedir avanços em relação à igualdade de gênero:

Estudiosos e estudiosas são geralmente concordes em afirmar que “ideologia de gênero” e sua correlata retórica antigênero são invenções católicas cuja configuração e emergência se deram a partir da segunda metade dos anos 1990 e o início deste século. Em reação às discussões ocorridas para a aprovação dos documentos da Conferência Internacional sobre População, no Cairo, em 1994, e da Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim, em 1995, o Vaticano convocou dezenas de especialistas para pôr em marcha uma “contraofensiva” com vistas a reafirmar a doutrina católica e reiterar a naturalização da ordem social e moral (Junqueira, 2018: 181)

Percebe-se a utilização do caráter transnacional da instituição para a propagação de tal discurso. Tanto é assim, que de forma impressionante, movimentos contra a promoção de direitos e políticas públicas voltadas à temática utilizando-se do sintagma

ideologia de gênero insurgiram na mesma época em diversos países.

O movimento caracteriza-se principalmente pela intervenção destes setores conservadores em quaisquer políticas relacionadas à temática de gênero sob a justificativa de resguardar a família, a moral e os bons costumes. Ações importantíssimas como educação sexual e diversidade sofreram grandes revezes em função destas intervenções (Junqueira, 2018).

Vale tratar, nesta oportunidade, um pouco mais a respeito do termo ideologia. Expressa um conjunto de representações, manifestadas através de valores, normas e preceitos que determinam o que e como pensar, sentir e fazer. Sua função é dar aos membros da sociedade dividida em classe uma explicação para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem atribuí-las às divisões sociais. Sua finalidade é, assim, a de impedir que a dominação seja percebida em sua realidade concreta (Chauí, 1980).

Considerando que a ideologia consiste em uma ferramenta dos dominantes a fim de exercer controle sob os dominados e perpetuar a opressão, parece no mínimo paradoxal a utilização do termo ideologia para tratar da

inclusão da pauta de gênero. Ora, a luta pela discussão do tema tem o objetivo de *superção de desigualdades* e garantia de direitos. Problematizar o gênero, colocar o tema em destaque configura nada mais do que *resistência à dominação*. Assim, fica clara a utilização do termo “ideologia de gênero” como artifício utilizado para deslegitimar a luta pela igualdade de gênero.

Percebe-se, assim, que, de fato, a ideologia de gênero caracteriza-se em verdade pelo aprisionamento em moldes e estereótipos de gênero, responsável pela subjulção de mulheres há tantos séculos. Ou seja, é o que desde sempre esteve enraizado em nossa cultura, nosso dia-a-dia, nossas identidades. Tanto é assim, que a tentativa de libertação deste modelo tem apresentado grande resistência.

Ora, qual a grande dificuldade em aceitar o estudo, a promoção de ações em prol da igualdade e da diversidade? Já há consenso, internacionalmente inclusive, da necessidade de tratar/discutir gênero para a diminuição e superação de desequilíbrios e violações de direitos causados por esta hierarquia sexual, havendo até mesmo diplomas legais prevendo expressamente tais

medidas. Por que até hoje tais medidas não foram implementadas?

A omissão é, neste caso, um ato político, não havendo nenhuma outra resposta a estas perguntas senão a tentativa de manter a opressão. Este é o objetivo maior, e para isto são utilizados de todos os artifícios possíveis, de forma a impedir a participação e emancipação do dominado de qualquer espaço considerado perigoso, posto que libertador.

Esta é uma conclusão lógica, já que não é possível esperar do opressor a libertação (Freire, 2005).

Ao longo do desenvolvimento da humanidade, a mulher foi tomando o lugar que já era seu por direito. Passou a trabalhar, fazer política, estudar. Contudo, essas transformações não contentaram a todos. A apropriação dos espaços pelos corpos *não destinados naturalmente* a eles incomoda (Hooks, 2017).

Incluir a pauta de gênero é questionar cada lugar comum e violência naturalizada de nosso cotidiano. É mostrar às meninas e mulheres que seu sucesso pode ser em qualquer área, seja na engenharia, mecânica ou enfermagem. Que seu sexo não limita sua inteligência, ou sua capacidade de

executar qualquer coisa a que se proponha. É mostrar para homens e meninas que podem sim ser sensíveis e chorar, se assim desejarem. E que seu sexo não lhe autoriza a discriminar, diminuir ou violentar quem quer que seja.

Desafiar e estremecer estas estruturas centenárias do patriarcado e de todas as formas de dominação, sejam elas representadas pela Igreja ou não, não será sem obstáculos. O pânico criado, principalmente pela busca do destaque da temática gênero/violência de gênero, especialmente no que se refere ao espaço escolar, se dá, principalmente pelo potencial transformador da informação e do conhecimento.

Assim, é preciso insistir, lutar. Afinal, nossos direitos, “[...] *más que derechos “propiamente dichos” son procesos; es decir, el resultado, siempre provisional, de las luchas que los seres humanos ponen en práctica para poder acceder a los bienes necesarios para la vida*” (Flores, 2007: 22,). É necessário, portanto, revesti-los de eficácia e estar sempre atento para manter as conquistas, e na medida do possível, avançar ainda mais na luta pela igualdade.

#### **Referências Bibliográficas:**

Alves, Branca Moreira; Pitanguy, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 20 v. (Coleção primeiros passos) 77 p.

Auad, Daniela. Feminismo, que história é essa? Rio de Janeiro: Editora CP&A, 2003.  
p.106

Bourdieu, Pierre. A dominação masculina. (2014) 3ª Edição, Rio de Janeiro: Best Bolso.

Brasil. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 de agosto.2006. Seção 1, p. 01

Carvalho Netto, Menelick; Scotti, Guilherme. "Os direitos fundamentais e a (in) certeza do direito: a produtividade das tensões principiológicas e a superação do sistema de regras." (2011) Belo Horizonte: Fórum.

Campos, Amini Haddad; Corrêa, Lindinalva Rodrigues. Direitos Humanos das Mulheres. (2012). Curitiba: Editora Juruá.

Candiotto, Jaci de Fátima Souza. A leitura da criação e da antropologia teológica a partir das relações de gênero. INTERAÇÕES, v. 7, n. 11, p. 147-163, 2012.

Colling, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história. (2014) Dourados: Ed. UFGD.

Federici, Silvia. Calibã e a bruxa. (2017) São Paulo: Elefante.

Ferreira, Letícia Schneider. Entre Eva e Maria: a construção do feminino e as representações do pecado da luxúria no Livro das confissões de Martin Perez. 2012.

Flores Herrera, Joaquín. La reinención de los Derechos Humanos. Sevilla: Atrapasueños. 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. (2005) Rio de Janeiro/São Paulo : Siglo XXI,

Gebara, Ivone. "Corpo, novo ponto de partida da teologia". In: Ribeiro, Cláudio

(org.). *Rasgando o Verbo – Teologia Feminista em foco.* (2016) São Paulo: Fonte Editorial.

Hooks, Bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade.* (2017) São Paulo: Martins Fontes

Junqueira, Rogério Diniz. Políticas públicas de educação: entre o direito à educação e a ofensiva antigênero p. 179-203 in Ribeiro, Paula Regina Costa et al. *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação.* 2018.

Küng, Hans. *A igreja católica.* São Paulo: Ed. Objetiva, 2002.

Nascimento, Luana Regina Ferreira. *Aplicação da Lei Maria da Penha: um estudo sobre estereótipos de gênero no Judiciário.* 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

Pinsky, Carla Bassanezi. "Estudos de gênero e história social." *Estudos feministas* (2009): 159-189.

Rosa, Lilian Rodrigues de Oliveira. A

Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937. 2011.

Segato, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia.* Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2003.

Tilly, Charles. *Durable inequality.* (1998) Los Angeles: Univ of California Press